

**AO JUÍZO DA X VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXXX - DF**

Autos nº XXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos em epígrafe, representado por sua esposa, **FULANO DE TAL**, também qualificada, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 702 do Código de Processo Civil, opor

EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA

diante da ação proposta por EMPRESA TAL, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas.

1 - BREVE RESUMO DOS FATOS

Cuida-se de ação monitória onde o autor tem a intenção de receber obrigação fundada em título executivo prescrito consistente em XX (XXX) cártulas de cheque de nºs XXXXX, XXXXX, XXXXX e XXXXX, perfazendo uma dívida total de R\$ XXX, segundo os cálculos apresentados pelo autor, já acrescidas das despesas com protesto, correção monetária e juros.

Aduz a autora que efetuou a venda de mercadorias ao requerido, sendo emitidas as XX cártulas para pagamento. Ao apresentarem os cheques ao banco, estes retornaram por

insuficiência de fundos, motivo que ensejou o ajuizamento da presente ação, onde pretendem o recebimento da dívida.

O requerido, num ato de confiança, cedeu as cártulas de cheque para FULANO DE TAL. Este teria prometido pagar a dívida assim que pudesse, contudo não o fez.

Ademais, nos autos de interdição do processo nº XXXXXXXX, em trâmite na X Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXXX, em XX/XX/XXXX, o juízo nomeou FULANO DE TAL como curadora do requerido.

Como se vê, o requerido foi vítima do abuso de confiança perpetrada por Mauro, que, percebendo o estado de fragilidade mental do requerido, o induziu para que lhe emprestasse as cártulas de cheque.

2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O requerido não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e/ou de sua família, sendo, por conseguinte, considerada hipossuficiente.

Assim, diante da insuficiência de recursos, a requerida deve ser beneficiada com o direito à gratuidade de justiça, nos termos da Lei nº 1.060/50 e artigos 98 e seguintes, do CPC.

3 - DA INCAPACIDADE CIVIL DO EMITENTE DAS CÁRTULAS DE CHEQUE

O embargante, consoante os autos de interdição do processo nº XXXXXXXX, em trâmite na X Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXXX, culminou em decisão que o interditou, tendo

sido nomeado como sua curadora a senhora FULANO DE TAL, sendo declarado absolutamente incapaz para os atos da vida civil (fl.68).

As cártulas de cheque que lastreiam o feito monitório foram emitidas em XX/XX/XXXX, XX/XX/XXXX e XX/XX/XXXX, consoantes fls. 18/19.

Por sua vez, a decisão que interditou o embargante foi proferida em XX/XX/XXXX, segundo fl. 68.

Logo, todas as cártulas foram emitidas após a decretação da interdição provisória do embargante, o que torna inexigíveis os títulos de crédito.

O laudo psicológico colacionado aos autos às fls. 76/83, afirma que o embargante possui “dificuldades cognitivas de modo generalizado; delírios de conteúdos somáticos, religiosos e crenças bizarras; desorganização do pensamento; transtorno do pensamento formal; agitação imprevisível, discurso vago e empobrecido”.

No caso vertente, o negócio jurídico que deu causa à emissão dos cheques, ora executados, foi entabulado com uma parte comprovadamente incapaz, ensejando sua nulidade, nos termos do artigo 104 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 104 A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível e determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei.

Nesse contexto, verifica-se que o embargante, à época da emissão das cártulas, era desprovido de plena capacidade para os atos da vida civil, não possuindo o necessário discernimento para a

prática do ato, sendo forçoso o reconhecimento da nulidade dos títulos em questão, com a consequente extinção do feito monitório.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CHEQUE. INCAPACIDADE CIVIL DO EMITENTE. INTERDIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO NO REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS. COMPROVAÇÃO DA PERSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE. DESNECESSÁRIO. NULIDADE DO TÍTULO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

1. Se o embargante já apresentava, à época da emissão do cheque, o distúrbio que deu ensejo à sua interdição, mostra-se correto o reconhecimento da nulidade do título, com a consequente extinção da Execução.

2. Visto que a interdição definitiva ocorreu após a emissão dos cheques, inócua se mostra a comprovação de que a sentença da interdição não foi inscrita no Ofício de Registro de Pessoas Naturais.

3. Sem utilidade também se mostra a comprovação de que a incapacidade do executado persiste até hoje, visto que se, eventualmente, fosse superada a questão que o incapacita, isso não validaria os atos praticados na vida civil enquanto incapaz.

4. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.993842, 20140111991519APC, Relator: CARLOS RODRIGUES 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 01/02/2017, Publicado no DJE: 14/02/2017. Pág.: 341/365).

DIREITO CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. CHEQUES. INCAPACIDADE CIVIL. DEMONSTRAÇÃO. EMISSÃO DAS CÁRTULAS. NULIDADE.

1. Demonstrado por meio de prova pericial que a autora, à época da emissão das cártulas bancárias, era incapaz de reger sua pessoa e de administrar seus bens, estando abolidas suas capacidades de entendimento e autodeterminação, resulta imperioso o reconhecimento da nulidade de tanto, haja vista a

ausência da capacidade do agente, requisito do negócio jurídico.

2. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.522079, 20080110654486APC, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Revisor: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 29/06/2011, Publicado no DJE: 29/07/2011. Pág.: 83).

Cumpre destacar que, pelo motivo da interdição do embargante ainda não ser definitiva, não foi realizada a inscrição da sentença de interdição no Cartório de Registro de Pessoas Naturais.

Assim, por terem sido emitidos por quem não tinha o necessário discernimento para a prática do ato, devem ser considerados nulos os cheques que aparelham a monitória embargada.

4 - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) concessão dos benefícios da justiça gratuita, da Lei nº 1.060/50 e artigos 98 e seguintes, do CPC;
- b) seja declarada a nulidade dos títulos que lastreiam a presente ação monitória e consequente extinção do feito;
- c) a condenação do autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - CEAJUR- PROJUR, (Programa de Assistência Judiciária do Distrito Federal), conforme decreto nº 21.629, de 23/10/2000, devendo ser recolhidos junto ao XXXXXXXXXXXX.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

XXXXXX-DF, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
Defensor Público